



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX**  
**154ª Reunião do Comitê Executivo de Gestão – GECEX**  
**22 de março de 2018 – 15h**

**ATA**

Ata da 154ª Reunião do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (GECEX), realizada no dia 22 de março de 2018, sob a presidência da Senhora Presidente do GECEX, substituta, Yana Dumaresq Sobral, com a presença dos senhores: Abrão Neto, pela Secretaria-Executiva do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); Marcela Santos de Carvalho, pela Secretária-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX); Daniel Sigelmann, pela Secretaria-Executiva da Casa Civil (CC); Embaixador Paulo Estivallet, pela Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Marcelo Estevão, pela Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda (MF); Odilson Ribeiro e Silva, pela Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Esteves Colnago, pela Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG); Hebert Drummont, pela Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e Carlos Pio, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Participou das discussões como convidada, Sueme Mari, pela Agência de Promoção de Exportação e Investimentos do Brasil - APEX-Brasil.

**1. Aprovação da Ata da 153ª Reunião do Comitê Executivo de Gestão – Gecex**

**Decisão:** Aprovada a ata da 153ª reunião do Gecex.

**2. Discussão sobre Política Tarifária Brasileira**

*Relato: SE-CAMEX*

A Secretaria Executiva da CAMEX relatou os avanços obtidos ao longo das três reuniões realizadas pelo Grupo Técnico de diagnóstico da estrutura da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, criado com o objetivo tanto de refinar as conclusões do estudo de avaliação da estrutura tarifária brasileira da SE/CAMEX, quanto de deliberar sobre eventuais distorções da estrutura da TEC. Durante o relato, a Secretária explanou sobre o funcionamento do grupo e apresentou quais foram os pontos de convergência e os pontos sem consenso entre os seus membros após os encontros. Em seguida, os representantes dos ministérios que compõem o GECEX expuseram suas posições em relação ao relato e decidiram que o grupo técnico seria mantido tendo em vista a necessidade de aprofundamento do debate nos pontos em que até o momento não foi possível chegar a um acordo.

**Decisão:** Aprovada a continuidade do Grupo Técnico de diagnóstico da estrutura da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul.

## DELIBERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

### 3. Defesa Comercial

*Relato: MDIC*

#### 3.1. Renovação de direito antidumping definitivo às importações brasileiras de magnésio metálico, originárias da Federação da Rússia.

O representante da SECEX/MDIC apresentou os principais pontos do Parecer DECOM/MDIC nº 3, de 29 de janeiro de 2018, que propôs a renovação de direito antidumping definitivo, por um período de até 5 (cinco) anos, na forma de alíquota específica, às importações brasileiras de magnésio metálico, originárias da Federação da Rússia. Todos os membros presentes apoiaram a proposta.

**Decisão:** aprovar, *ad referendum* do Conselho de Ministros da CAMEX, a minuta de Resolução CAMEX que prorroga direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de magnésio metálico, comumente classificadas no subitem 8104.11.00 da NCM, originárias da Federação da Rússia, a ser recolhido sob a forma de alíquotas específicas, fixadas em dólares estadunidenses por tonelada.

#### 3.2. Renovação de direito antidumping definitivo às importações brasileiras de papel couchê leve, originárias da Alemanha, da Bélgica, do Canadá, do Estados Unidos da América, da Finlândia e da Suécia.

Foram apresentados, pelo representante da SECEX/MDIC, os tópicos mais relevantes do Parecer DECOM/MDIC nº 4, de 6 de fevereiro de 2018, que recomendou a prorrogação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, na forma de alíquota específica, às importações brasileiras de papel couchê leve, originárias da Alemanha, da Bélgica, da Finlândia e da Suécia, bem como não recomendou a prorrogação da mencionada medida de defesa comercial em relação às importações originárias do Canadá e dos Estados Unidos da América. Os membros presentes, por unanimidade, apoiaram a proposta.

**Decisão:** aprovada, *ad referendum* do Conselho de Ministros da CAMEX, a minuta de Resolução CAMEX que prorroga direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de papel couchê leve, comumente classificadas no subitem 4810.22.90 da NCM, originárias da Alemanha, da Bélgica, da Finlândia e da Suécia, a ser recolhido sob a forma de alíquotas específicas, fixadas em dólares estadunidenses por tonelada.

#### 3.3. Aplicação de direito antidumping provisório às importações brasileiras de chapas de gesso, originárias do México.

O representante da SECEX/MDIC apresentou os principais pontos do Parecer DECOM/MDIC nº 6, de 14 de fevereiro de 2018, que propôs a aplicação de direito antidumping provisório, por um período de até 6 (seis) meses, na forma de alíquota específica, às importações brasileiras de chapas de gesso, originárias do México. Todos os membros presentes apoiaram a proposta.

**Decisão:** aprovar, *ad referendum* do Conselho de Ministros da CAMEX, a minuta de Resolução CAMEX que aplica direito antidumping provisório, por um prazo de até 6 (seis) meses, às importações brasileiras chapas de gesso, comumente classificados no subitem 6809.11.00 da NCM, originárias do México, a ser recolhido sob a forma de alíquotas específicas, fixadas em dólares estadunidenses por tonelada.

#### **4. Interesse Público**

*Relato: MF*

##### **4.2. Instauração de processo de avaliação de interesse público sobre a medida antidumping aplicada às importações brasileiras de eletrodos de grafite menores.**

O representante da SAIN/MF relatou os principais argumentos levados em consideração pelo Grupo Técnico de Avaliação de interesse Público – GTIP, em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2018, para recomendar a instauração da avaliação de interesse público em relação ao direito antidumping aplicado às importações brasileiras de eletrodos de grafite menores pela Resolução CAMEX nº 5/2015. Dentre os elementos encontrados incluem-se as alterações nas condições de oferta e indícios de alteração nas condições de produção. Os membros presentes, por unanimidade, apoiaram a proposta.

**Decisão:** aprovar, *ad referendum* do Conselho de Ministros da CAMEX, a minuta de Resolução CAMEX que Instaura processo de avaliação de interesse público, pelo Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público – GTIP, referente à aplicação de direito antidumping definitivo sobre as importações brasileiras de eletrodos de grafite menores, originárias da República Popular da China.

#### **5. Lista de Exceções à TEC**

*Relato: SE/CAMEX*

##### **5.1. Celulose Fluff, código 4703.21.00 da NCM – Proposta de alteração de redação de Ex-Tarifário.**

A Secretária-Executiva da CAMEX relatou que foi encaminhado à CAMEX o pedido de urgência da Secretaria de Comercio Exterior – SECEX/MDIC, a respeito do pleito da empresa Klabin, protocolado em 10 de agosto de 2017, que solicitou mudança na descrição do Ex 001 do código NCM 4703.21.00 (- De coníferas) constante da Lista de Exceção da Tarifa Externa Comum – LETEC. Ressaltou, ainda,



que o caso passou pela Reunião do GTAT-TEC realizada no dia 13/03/2018, onde se obteve o consenso em sua recomendação.

**Decisão:** aprovar, *ad referendum* do Conselho de Ministros da CAMEX, a minuta de Resolução CAMEX com alteração na descrição do Ex-Tarifário 001 do código NCM 4703.21.00 (-- De coníferas) constante da LETEC.

## **5.2. Parques Temáticos, código 9508.90.90 da NCM – Proposta de inclusão de Ex-Tarifários.**

A Secretária-Executiva da CAMEX relatou que, considerando o prazo de permanência do código 9508.90.90 da NCM na LETEC, o Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas – SINDEPAT, solicitou a SE/CAMEX a inclusão de 3 novos itens, classificados no mesmo código da NCM, que foi aprovado por ocasião da 152ª Reunião do Gecex, realizada em 05/12/2017, com prazo de permanência na LETEC de 8 meses. Ressaltou, ainda, que o MDIC solicitou urgência para deliberação do pleito no GECEX através da Nota Técnica nº 72/2018-SEI-CGND/DECOS/SCS/MDIC, considerando que o Ministério do Turismo, por meio do Aviso nº 14/2018/GM-MTUR, de 28 de fevereiro de 2018, manifestou apoio ao pleito. O caso passou pela Reunião do GTAT-TEC realizada no dia 13/03/2018, onde se obteve o consenso em sua recomendação.

**Decisão:** aprovar, *ad referendum* do Conselho de Ministros da CAMEX, a minuta de Resolução CAMEX com inclusão de 3 novos Ex-Tarifários no código 9508.90.90 da NCM na LETEC, com a redução da alíquota do Imposto de Importação de 14% para 0%.

## **6. Resolução GMC nº 08/08**

*Relato: MF*

### **6.1. Propostas de deferimento de pleitos brasileiros**

O representante da SAIN/MF relatou os pedidos de redução tarifária na alíquota do Imposto de Importação, conforme cota e prazos discriminados abaixo, analisados e aprovados pelo Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC nº 08/08 – GTAR-08, para submissão ao Mercosul. Todos os membros presentes apoiaram as propostas.

- i) Renovação automática do produto Óleo de Palmiste, classificado no código 1513.29.10 da NCM, com alíquota de 2%, por 12 meses, para cota de 224.785 toneladas.
- ii) Renovação do produto Ácido Monocloroacético, classificado no código 2915.40.10 da NCM, com alíquota de 2%, por 12 meses, para cota de 4.500 toneladas.
- iii) Renovação automática do produto Comutador à vácuo, classificado no código 8535.90.00 da NCM, com alíquota de 2%, por 12 meses, para cota de 500 toneladas, com manutenção de Ex-Tarifário.
- iv) Renovação do produto Cabo Acrílico, classificado no código 5501.30.00 da NCM, com alíquota de 2%, por 12 meses, para cota de 6.240 toneladas.
- v) Renovação do produto MDI Polimérico, classificado no código 3909.31.00 da NCM, com alíquota de 2%, por 12 meses, para cota de 105.000 toneladas, com manutenção do Ex-Tarifário.

**Decisão:** aprovar o encaminhamento à Comissão de Comércio do Mercosul – CCM dos pleitos de redução de alíquota, conforme prazo e cotas propostas para os itens i) a v).

## **6.2. Proposta de indeferimento de pleitos brasileiros**

O representante da SAIN/MF apresentou um pedido de redução temporária na alíquota do Imposto de Importação, conforme cota e prazos discriminados abaixo, analisados pelo Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC nº 08/08 – GTAR-08, com sugestão de indeferimento. Todos os membros apoiaram a proposta.

i) Bucha CCAT, classificado no código 8546.90.00 da NCM, com alíquota de 0%, por 12 meses, para cota de 2 peças, com criação de Ex-Tarifário.

**Decisão:** indeferir o pleito.

## **7. Ex-Tarifários**

*Relato: MDIC*

### **7.1. Ex-Tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações (BIT) e Bens de Capital (BK)**

#### **7.1.1. Deferimento de Ex-Tarifários de BIT e BK**

O representante da SDCI/MDIC apresentou relato sobre os 293 Ex-Tarifários para Bens de Capital e 38 Ex-Tarifários para Bens de Informática e Telecomunicações contidos na Nota CAEx nº 3/2018, de 9 de março de 2018. Além disso, relatou propostas de revogações de alterações em Ex-Tarifários vigentes, por necessidade de revisão das descrições técnicas. As propostas foram aprovadas por unanimidade.

**Decisão:** aprovadas, *ad referendum* do Conselho de Ministros da CAMEX, as minutas de Resoluções CAMEX que concedem e alteram as descrições técnicas de Ex-Tarifários, conforme Nota CAEx nº 3/2018.

#### **7.1.2. Proposta de indeferimento de Ex-Tarifários de BIT e BK**

O representante da SDCI/MDIC apresentou proposta de indeferimento de 2 (dois) pleitos, conforme Nota CAEx nº 4/2018, 9 de março de 2018, tendo em vista a constatação de produção nacional. A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Decisão:** aprovado o indeferimento dos pleitos.

### **7.2. Ex-Tarifários de Autopeças**

#### **7.2.1. Deferimento de Ex-Tarifários de Autopeças**

O representante da SDCI/MDIC apresentou proposta da 20ª Reunião do Comitê Técnico de Análise, instituído pelo artigo 15 da Resolução CAMEX nº 61, de 2014: inclusão de 116 (cento e dezesseis) pleitos no Anexo I da Resolução CAMEX nº 116/2014, sendo que para 6 (seis) pleitos propôs-se prazo e para 2 (dois) propôs-se prazo e cota; a inclusão de 12 (doze) pleitos no Anexo II; exclusão de 14 (quatorze) Ex-Tarifários vigentes; e alteração de redação de 28 (vinte e oito) Ex-Tarifários, conforme Nota Técnica nº 25/2018-SEI-CGCA/DEMOB/SDCI, de 14 de março de 2018.

**Decisão:** aprovada, *ad referendum* do Conselho de Ministros da CAMEX, a minuta de Resolução CAMEX que concede e altera as descrições técnicas de Ex-Tarifários, conforme Nota Técnica nº 25/2018.

#### **7.2.2. Proposta de indeferimento de Ex-Tarifários de Autopeças**

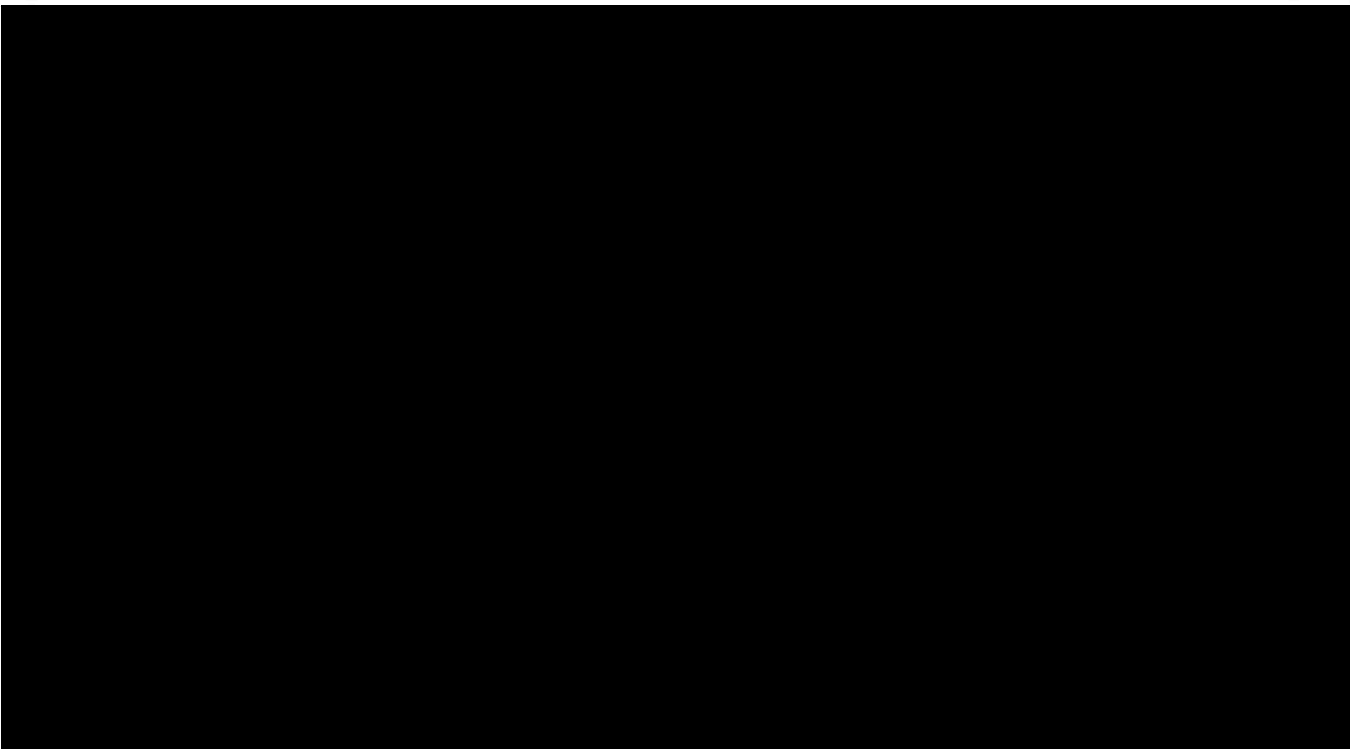
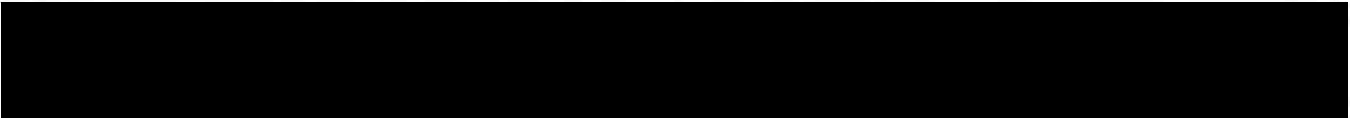
O representante da SDCI/MDIC relatou proposta de indeferimento de 101 (cento e um) pleitos para inclusão no Anexo I da Resolução CAMEX nº 116/2014, por entender que tais pleitos não estão alinhados à política Industrial vigente, e, portanto, não são considerados meritórios, conforme disposto na Nota Técnica nº 25/2018-SEI-CGCA/DEMOB/SDCI, de 14 de março de 2018.

**Decisão:** Aprovado o indeferimento dos pleitos.

#### **8. Grupo Técnico Energia Solar: término dos trabalhos**

*Relato: MDIC*

A representante da SDCI/MDIC relatou que o Grupo de Trabalho, criado na 152ª Reunião do Gecex, realizada em 05/12/2017, realizou 5 (cinco) reuniões, ocasiões nas quais foram ouvidos diversos representantes de órgãos do governo, bem como associações e federações representantes da cadeia produtiva, que identificaram a necessidade de atuar em conjunto a fim de construir uma política pública coordenada. Informou, ainda, que os participantes apresentaram um conjunto de iniciativas em pelo menos quatro grandes áreas de atuação (mercado, financiamento, tributação e certificação de conformidade e etiquetagem). Por fim, ressaltou que MME, BNDES, MCTIC, MRE, Casa Civil e ABDI sugeriram que seja dada continuidade aos trabalhos do grupo, sob a coordenação do MDIC, mesmo após entrega do relatório à Câmara de Comércio Exterior.



#### **10. Abertura de Negociações de Compras Governamentais do Brasil com a Colômbia**

*Relato: MPDG*

O representante do MPDG informou que, desde 2014, tem dialogado com autoridades colombianas, motivado por demandas do setor privado. A origem do problema seria legislação colombiana de compras públicas, que ao ser alterada no ano passado, causou certas dificuldades para a participação de empresas brasileiras no mercado da Colômbia. Desde então, o diálogo foi importante para esclarecer o funcionamento do sistema de compras de ambos os países com trocas de informações entre as partes. A CAMEX também já deliberou sobre o mandato negociador e autorizou o início de negociações de um acordo de compras públicas com a Colômbia.



Ressaltou ainda que as negociações de compras governamentais com a Colômbia foi tema tratado durante a visita presidencial de Juan Manuel Santos ocorrida na semana entre 19 e 23 de março no Brasil. O governo brasileiro enviará as respostas aos questionários do governo colombiano e as partes estabelecerão data para videoconferência para o estabelecimento de cronograma de negociações até o final de março e início das negociações.

O representante do MRE informou que durante a visita do Presidente Juan Manuel, o Presidente brasileiro mencionou interesse no lançamento formal das negociações. O representante do MDIC mostrou interesse em avançar com as negociações com a Colômbia e aproveitou a oportunidade para reiterar a importância de se concluir as negociações do acordo de compras com o Chile. A representante do MAPA igualmente mostrou apoio às negociações.

## **11. Negociações Mercosul-UE**

*Relato: MRE*

O representante do MRE informou que, em dezembro de 2017, ministros dos dois blocos reuniram-se à margem da XI Reunião Ministerial da OMC, em Buenos Aires, com o objetivo de alcançar a conclusão política do Acordo de Associação Mercosul – União Europeia. Na ocasião, o Mercosul realizou movimentos de interesse da União Europeia em sua oferta de bens, notadamente o aumento da cobertura da oferta de bens para 90%, incluindo itens prioritários para os europeus, assim como a ampliação na oferta em compras públicas. Tais movimentos foram condicionados a aperfeiçoamentos equivalentes na oferta europeia. O lado europeu recebeu bem a iniciativa, indicando, contudo, ainda não dispor de mandato político para apresentar movimentos nos produtos de especial interesse dos países do Mercosul. Relatou ainda que os Ministros voltaram a reunir-se no final do mês janeiro, em Bruxelas - Bélgica. O Comissário de Agricultura apresentou propostas de aprimoramento nas quotas de carne bovina, frango, milho e açúcar. Indicou, juntamente com a Comissária de Comércio, que movimentos adicionais somente poderiam ser contemplados mediante movimentos do Mercosul em quatro temas centrais: setor automotivo; indicações geográficas; lácteos e transporte marítimo. Ainda em Bruxelas, o Mercosul deu sinalizações positivas, ainda que preliminares, nos quatro temas de interesse europeu.

Por fim, mencionou que no XXXII CNB (Assunção, 20/02-02/03), o progresso foi satisfatório na parte normativa, mas tímido em acesso a mercados. Em relação aos quatro temas centrais indicados pela UE, o Mercosul apresentou avanços e concessões. No entanto, o lado europeu não apresentou movimentos significativos no tocante às pendências em sua oferta de produtos agrícolas.

O representante do Ministério da Fazenda mencionou a importância de se formalizar o Grupo Técnico de Negociações Internacionais (GTNI) e que, enquanto não houvesse consenso sobre a formalização do Grupo, solicitou que fosse realizada uma reunião para tratar dos temas de Mercosul- União Europeia e Mercosul- Canadá.

A Secretária - Executiva da CAMEX informou que está em contato com o negociador chefe do Brasil, e que, por dificuldades de agenda, não pôde realizar a 3ª reunião do Grupo, mas que tem mantido contato com a equipe negociadora para marcar a próxima reunião.

O representante do Ministério do Desenvolvimento, Planejamento e Gestão endossou a solicitação do representante do Ministério da Fazenda.

## **12. Apresentação do Plano de Trabalho do Grupo Técnico de Serviços**

*Relato: SE-CAMEX e MDIC*

O representante da SCS/MDIC mencionou que o GT Serviços foi criado na 150ª reunião do GECEX, ocorrida em 20 de setembro de 2017. Informou ainda que o Plano de trabalho foi discutido e consensuado durante a 1ª Reunião do GT de Serviços, ocorrida no dia 27 de fevereiro de 2018 e está dividido em ações de curto, médio e longo prazo. Os cinco eixos são: 01) Melhoria do Ambiente de Negócios; 02) Financiamento e Garantia às Exportações; 03) Economia de Serviço e Comércio Eletrônico; 04) Facilitação do Comércio de Serviços e 05) Reforço de Coordenação Governamental no Setor de Serviços.



Sobre o plano de trabalho, ressaltou que foram priorizadas medidas de implementação viáveis considerando o atual cenário político e macroeconômico, ou seja, ações que poderão ser implementadas com alterações infralegais e que não gerem renúncia fiscal. Convidou a todos os presentes a contribuírem com insumos para o Plano.

Mencionou ainda que o Grupo já nasceu com uma entrega concreta, que foi a Resolução Camex nº 05/2018 que define exportação serviços para fins de financiamento e garantia à exportação. Trabalha-se, também, na alteração da Lei Complementar nº 116/2003. Ressaltou, ao final, que está organizando, junto com a ABECE, o MPDG e o Ministério do Turismo, a participação brasileira na principal feira de comércio de serviços da China denominada *China Beijing International Fair for Trade In Services* (CIFTIS). O Brasil foi convidado a participar como convidado de honra e o governo brasileiro acredita que a participação é importante para aproximar Brasil e China.

A representante da SE/CAMEX informou que o Plano de Trabalho foi pautado na reunião, por ter sido uma encomenda do GECEX durante a 150ª reunião. Ressaltou, ainda, o engajamento da Receita Federal na construção do Plano. Mencionou, adicionalmente, que o Plano foi construído também com contribuições do setor privado.

O Representante do MPDG reforçou a importância de compartilhamento de informação sobre as negociações de acordos de serviços em curso.

O representante do MRE agradeceu a preparação do Plano de Trabalho e todo o esforço no âmbito do GT de Serviços e solicitou a retirada do “assunto” que tinha por “encaminhamento” as seguintes ações: “Estruturar participação governamental nos grupos de serviço da OCDE. Criar canal de comunicação entre governo e delegação junto a OCDE.

Os Ministérios acataram à solicitação do MRE, mas com o compromisso de que o Ministério convocasse reuniões periódicas sobre o tratamento do tema de serviços na OCDE.

### **13. Internalização de normas do MERCOSUL**

*Relato: MRE*

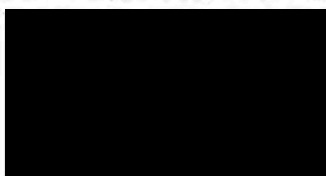
O representante do MRE apresentou o status da internalização de normas do Mercosul. O representante do MDIC ressaltou a importância de haver um esforço de internalização, antes da descompatibilização dos Ministros em abril.

### **14. GT Borracha**

*Relato: MAPA*

O representante do MAPA relatou o andamento das reuniões realizadas no âmbito do GT Borracha, criado por ocasião da 115ª Reunião do Conselho de Ministros da CAMEX, realizada em 07/02/2018, com a finalidade de debater medidas de fortalecimento para a cadeia produtiva da borracha natural. Ressaltou que foram realizadas duas reuniões, em 07/03/2018 e 16/03/2018, e que, diante da necessidade de realizar um trabalho bem fundamentado, inclusive com a participação do setor privado, seria necessária uma dilatação no prazo, de maneira a possibilitar um melhor diagnóstico do setor.

**Decisão:** aprovar, por unanimidade, a ampliação do prazo até a reunião do Conselho de Ministros da CAMEX de junho de 2018.



**YANA DUMARESQ**

Presidente do Comitê Executivo de Gestão da CAMEX – Gecex, Substituta